

EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA INSEGURANÇA ALIMENTAR BRASILEIRA

SOCIOECONOMIC EFFECTS OF THE COVID-19 PANDEMIC ON BRAZILIAN FOOD INSECURITY

Fabiene Silva Batista Rosa Guasch

Departamento de Economia e Relações Internacionais (UFSM)

fabiguasch@yahoo.com.br

Soraia Moh'd Khalil Salameh Ahmad

Programa de Pós-Graduação em Economia & Desenvolvimento (UFSM)

soraia.khalil98@gmail.com

Rita Inês Paetzhold Pauli

Programa de Pós-Graduação em Economia & Desenvolvimento (UFSM)

rita.pauli@ufsm.br

Sibele Vasconcelos de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Economia & Desenvolvimento (UFSM)

sibele.oliveira@ufsm.br

GT10. Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo: A insegurança alimentar é um problema relacionado, estreitamente, com a pobreza e as desigualdades sociais, tendo sido agravada em muitos países com a pandemia do Covid-19. Este estudo tem como objetivo explicitar os efeitos das crises sanitária e econômica na insegurança alimentar. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica e documental, aliada ao levantamento de informações secundárias disponibilizadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Organização das Nações Unidas (UNICEF) e a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN). A literatura especializada evidencia que o principal fator causal estrutural da insegurança alimentar é a fome, todavia conjunturas específicas de crises adversas tal como a emergências da Covid 19 podem aprofundar seus efeitos sobre a insegurança alimentar direta e indiretamente devido à crise econômica que a subjaz. Os dados revelam que no caso brasileiro a insegurança alimentar foi crucial, especialmente no ano de 2021, isto é, no auge do período pandêmico. Houve deterioração das condições de vida da população corroborada pela queda na renda média, aumento da informalidade, aumento dos preços dos alimentos e do custo de vida. Apesar da população brasileira em vulnerabilidade ter registrado crescimento na adesão benefícios sociais

de 2012 a 2020, os dados revelaram uma queda significativa no ano de 2021. Isto se deve em considerável medida devido à combinação entre o comportamento adverso do acesso às políticas públicas pela população em vulnerabilidade e a elevada queda no poder de compra do salário mínimo.

Palavras-chave: Insegurança alimentar. Pobreza. Fome. Crise sanitária.

Abstract

Food insecurity is a problem closely related to poverty and social inequalities, having been aggravated in many countries with the Covid-19 pandemic. This study aims to explain the effects of the sanitary and economic crises in the Food insecurity. To this end, a bibliographical and documental research was developed, combined with the survey of secondary information made available by the Getúlio Vargas Foundation (FGV), United Nations Organization (UNICEF) and the Brazilian Research Network on Sovereignty and Food and Nutritional Security (REDE PENSSAN). The specialized literature shows that the main structural causal factor of Food insecurity is hunger, however specific circumstances of adverse crises such as the Covid 19 emergencies can deepen their effects on food insecurity directly and indirectly due to the economic crisis that underlies it. The data reveal that in the Brazilian case, food insecurity was crucial, especially in 2021, that is, at the height of the pandemic period. There was a deterioration in the living conditions of the population, corroborated by a drop in average income, an increase in informality, an increase in food prices and the cost of living. Despite the fact that the vulnerable Brazilian population registered growth in accessing social benefits from 2012 to 2020, the data revealed a significant drop in 2021. This is largely due to the combination between the adverse behavior of access to public policies by the vulnerable population and the sharp decline in the purchasing power of the minimum wage.

Key words: Food insecurity, Poverty. Hunger. Health crisis.

1. Introdução

O direito humano à alimentação adequada está previsto em instituições internacionais e nacionais, a exemplo do Artigo n.º 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Artigo n.º 6 da Constituição Federal do Brasil, todavia a sua garantia real continua sendo um desafio para muitas nações. No período recente, apesar de expectativas positivas em relação a crise e a Segurança Alimentar (SA), em 2021 estas se revelaram problemáticas em várias partes do mundo, e apesar da retomada do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não se traduziu em ganhos na SA (FAO *et al.* 2022).

Por sua vez, no Brasil, tal como na maior parte dos países da América Latina, a insegurança alimentar resulta da desigualdade, pobreza e fome, intensificados pela prioridade que muitos países deram ao mercado, supondo que este automaticamente resolveria os problemas de acesso alimentar pela população rural e urbano (ALMEIDA FILHO; RAMOS, 2010). A insegurança alimentar está relacionada ao acesso restrito das pessoas ao alimento e tem como principais causas: a escassez de alimentos, a perda de fonte de renda, a pobreza e os preços elevados, constituindo-se, assim, em um grave problema social e econômico, o qual atinge, substancialmente, a população em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza.

Assim, com as crises econômica e sanitária decorrentes da pandemia de Covid-19, observou-se o agravamento da insegurança alimentar e nutricional. Segundo a Organização das Nações Unidas, quase um décimo da população mundial - cerca de 811 milhões de pessoas - passaram fome em 2020 (UNICEF, 2021). Em 2021, 9,8% da população mundial passou fome e cerca de 2,3 bilhões de pessoas (29,3% da população mundial) apresentou insegurança alimentar moderada ou grave (350 milhões a mais em relação à antes do início da pandemia de Covid-19).

Em vista disso, a conjuntura brasileira, apresentada pelo o Inquérito Nacional sobre a Insegurança Alimentar em circunstância da pandemia da Covid-19 retratou que, dos 211,7 milhões de brasileiros, 116,8 milhões viviam com alguma dificuldade de se alimentar adequadamente, representando 55,17% da população. Ainda, 20,50% da população brasileira não tinham alimentos suficientes para sobreviver (REDE PENSSAN, 2022). Logo, é indubitável que no período recente as desigualdades econômicas foram agravadas em todo território brasileiro.

Sobretudo, para reduzir a IA é necessário promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e, para seu alcance, faz-se necessária a articulação de políticas macroeconômicas e setoriais (MALUF; MENEZES; VALENTE, 2013). É necessária a identificação e o monitoramento dos determinantes da Insegurança Alimentar e Nutricional (MORAES, SPERANDIO E PRIORI, 2020). Tendo em vista o caráter multidimensional da SAN, o Brasil tende a enfrentar muitos desafios para sua consolidação, incluindo esforços interministeriais e investimentos públicos - no âmbito da agricultura, educação, emprego, entre outros -, visando o combate às desigualdades sociais e à pobreza (MALUF, 1995). Ademais, no Brasil é possível notar a existência de uma inflação nos alimentos, que não se restringe aos alimentos,

mas que promove aumento nos preços dos deles (MALUF E SPERANZA, 2013). Tal realidade se tornou ainda mais visível no período recente da Pandemia da Covid 19, quando a conjuntura macroeconômica, que envolve fatores como a inflação, aliou-se ao desemprego e à queda do salário real.

Tendo em vista o contexto socioeconômico imposto pela pandemia do Covid-19, o presente estudo tem como objetivo descrever os impactos da conjuntura pandêmica sobre a insegurança alimentar do Brasil. Destarte, desenvolveu-se pesquisa de caráter descritivo, com a implementação de revisão bibliográfica e documental acerca da insegurança alimentar no Brasil, reportando informações anteriores e, especialmente, nos anos da pandemia do Covid-19. As informações secundárias foram obtidas de múltiplas bases de dados, tais como: a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Organização das Nações Unidas (UNICEF) e a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN). A manipulação dos dados e apresentação dos principais resultados da pesquisa foi realizada a partir da utilização de ferramentas de estatística descritiva.

Em termos de organização da redação, inicialmente, analisam-se conceitos associados ao tema da insegurança alimentar. Em seguida, são detalhadas as principais análises e a discussão dos resultados. Por fim, apresentam-se as conclusões e as referências do estudo.

2. Insegurança alimentar: uma breve revisão de literatura

Vários estudos foram realizados acerca da IS sendo essenciais para fornecer elementos analíticos que contribuam para a condução de políticas para sua superação. A Cúpula Mundial da Alimentação que reuniu representantes de 186 nações em Roma reconheceu que a pobreza era o principal determinante da insegurança alimentar (MORAIS, SPERANDIO e PRIORE, 2020). A violação do direito humano ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para reprodução social conduz à insegurança alimentar (BRASIL, 2022). O fenômeno apresenta-se no contexto familiar, de forma progressiva, “desde a apreensão quanto à disponibilidade futura de comida até a ocorrência da fome” (SANTOS *et al.* 2018, p. 2).

De acordo com Panigassi *et al.* (2008), a insegurança alimentar e nutricional (IAN) refere-se à negação dos direitos elementares dos indivíduos, como o de estar vivo e sem

doenças, bem como o de estarem bem nutridos, relacionando-se também a diferentes problemas de saúde que afetam o desenvolvimento dos indivíduos. Dessa forma, existem vários fatores determinantes para esse fenômeno, mostrando que eles não são causados pela inexistência de alimentos suficientes para a população, mas pela dificuldade que os indivíduos enfrentam em usufruir de oportunidades socioeconômicas (a incluir o acesso aos alimentos saudáveis) (SEN, 1981).

Em concordância, Mattos, Biachi e Toigo (2021) entendem que a insegurança alimentar deve ser percebida como um fenômeno condicionado por múltiplos fatores. Para os autores, “as características pessoais, familiares e domiciliares, na sua relação com a insegurança alimentar, passam a ser um importante foco analítico” (MATTOS; BIANCHI; TONGO, 2021). Já Santos *et al.* (2018) ressaltam que a insegurança alimentar pode ser entendida como sendo uma ameaça para as condições de saúde e nutrição da população e, ao mesmo tempo, um problema social de caráter estrutural. Por seus efeitos sobre o bem-estar social, o combate a essa problemática figura-se dentre os objetivos globais de desenvolvimento sustentável.

Em especial, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2) da Agenda 2030 prevê que os países signatários da Organização das Nações Unidas consigam “Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano”¹ (BRASIL, 2023).

Ressalta-se que, no Brasil, o fenômeno da insegurança alimentar guarda relação com questões estruturais, as quais são “permeadas pelo envolvimento de diferentes atores sociais com maior ou menor poder de influência em termos de decisão política” (SILVA, 2014, p. 7). Apesar do protagonismo assumido pelo Brasil nos mercados agropecuários, a IAN compreende a falta de acesso a uma alimentação adequada, determinada principalmente pelas

¹ A publicação conjunta realizada recentemente pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PMA) indicou que a pandemia de Covid-19 tem impedido progresso em direção aos ODSs já que a fome e a insegurança alimentar aumentaram na América Latina e no Caribe. Corroboram para os indicadores de crescimento da insegurança alimentar na região as mudanças climáticas, o conflito da Ucrânia-Rússia, entre outros fatores (OPS *et al.* 2023).

questões de renda (BEZERRA *et al.*, 2020). A IAN é uma realidade encontrada nos domicílios de brasileiros excluídos socialmente, que não apenas apresentam privações, mas que a instabilidade de acesso aos alimentos tem caráter qualitativo e quantitativo (BEZERRA *et al.*, 2020).

Vale lembrar que a IAN pode ser avaliada sob diferentes critérios e graus. A Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (EBIA), em exemplo, “é uma escala que mede diretamente a percepção e vivência de insegurança alimentar e fome no nível domiciliar” (MDS, 2014. p. 6). Neste enquadramento, a insegurança alimentar e nutricional ocorre quando uma pessoa não tem acesso regular e permanente a alimentos, sendo classificados os domicílios em três níveis. A insegurança alimentar leve relaciona-se com a incerteza quanto ao acesso a alimentos em um futuro próximo e/ou quando a qualidade da alimentação já está comprometida. Já a insegurança alimentar moderada vincula-se à quantidade insuficiente de alimentos para o consumo diário e a insegurança alimentar grave está relacionada com a privação no consumo de alimentos, isto é, a fome (REDE PENSSAN, 2022).

Os impactos da fome e da insegurança alimentar podem ser agravados por diversos acontecimentos e, dentre eles, destacam-se o surgimento de uma pandemia, como foi o caso da pandemia da COVID-19, que modificou o cenário global, sendo caracterizada como uma crise sanitária que evoluiu para uma crise econômica de dimensões inimagináveis (QUINZANI, 2020). Emergida em dezembro de 2019, na China, inicialmente como uma epidemia desencadeada pelo SARS-CoV-2, um vírus da família dos coronavírus (OMS, 2020), sendo reconhecida como pandemia, no Brasil, no início de 2020, no mês de fevereiro. Em conformidade ao contexto apresentado, a seção a seguir circunscreve a fome e a insegurança alimentar em tempos da pandemia da Covid-19 no Brasil.

3. Fome, insegurança alimentar e pandemia de Covid-19

De certo modo, o agravamento da fome no contexto pandêmico é percebido nas diferentes regiões do mundo, condicionadas pelas circunstâncias socioeconômicas e de saúde derivadas da crise sanitária. Em exemplo, cita-se a pesquisa primária realizada com moradores de favelas em Kampala-Uganda, a qual relata que 71,1% das pessoas entrevistadas tiveram

acesso limitado a alimentos, 86,1% tiveram queda nos rendimentos e salários diários e 63% perderam o emprego (NUWEMATSIKO *et al.* 2022). Além disso, vale salientar que as repercussões da pandemia fizeram com que mais 9,8 milhões de norte-americanos vivessem também a insegurança alimentar (OBSERVA BR, 2021).

Sobre a realidade de expansão das vulnerabilidades socioeconômicas no Brasil, Ribeiro-Silva *et al.* (2020) argumentam que a pandemia não pode ser responsabilizada isoladamente pela intensificação da fome, da desnutrição e da insegurança alimentar e nutricional nesse período contemporâneo. Para os autores, múltiplos fatores contribuíram para o quadro de desalento atual, a incluir as desigualdades não superadas, o avanço de políticas neoliberais e o desmonte do sistema que contemplava políticas sociais inclusivas (RIBEIRO-SILVA *et al.* 2020, p. 3422). Disso resulta que a fome e, por conseguinte a insegurança alimentar, consiste em um fenômeno estrutural passível de agravamento se não contar com políticas públicas em uma conjuntura particular.

A Rede Penssan (2022) realizou um importante levantamento de dados sobre a realidade socioeconômica do país no período pandêmico, cujos resultados são aceitos pela robustez da pesquisa científica que subjaz sua metodologia. Os resultados desta pesquisa também foram utilizados pelo setor governamental atual para subsidiar a implementação de políticas públicas. Segundo informações divulgadas pelo “2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, 15,5% da população estava na condição de insegurança grave em 2021-2022, estando, ainda, 125,2 milhões de pessoas vivendo em domicílios com algum grau de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2022).

De acordo com a Rede Penssan (2022), mesmo os indivíduos que vivem no campo enfrentam fome, tendo em vista que cerca de 18,6% dos domicílios rurais são acometidos pela insegurança alimentar grave. Tal resultado corrobora com a tese de Machado e Garcia (2022), que atribui à pandemia a realização de uma conjuntura adversa, capaz de trazer à tona as fragilidades do capitalismo por equacionar a produção e a distribuição adequada de alimentos, uma vez que se pauta no desenvolvimento de cadeias longas, largamente dependentes de insumos externos.

Dessa forma, mesmo quando existem algumas políticas públicas que privilegiam a agricultura familiar - como no caso específico das cadeias curtas e políticas públicas como o PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar) -, em meio a uma crise sanitária as

assimetrias se revelam. No caso brasileiro, por exemplo, houve a suspensão de feiras e a interrupção da alimentação escolar. Observou-se, portanto, uma expressiva queda na renda dos agricultores familiares durante esse período, o que contribui para o alto índice também de IAN no âmbito daqueles que vivem nas zonas rurais (MACHADO; GARCIA, 2022).

Em termos de distribuição no território nacional, ressalta-se que 25,7% das famílias que sofrem com IAN residem na região Norte e 21,0% no Nordeste. Adicionalmente, percebeu-se que 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo passam fome (REDE PENSSAN, 2022). Ambas as informações apontam para a existência de uma correlação entre os fenômenos da fome, da pobreza e das desigualdades.

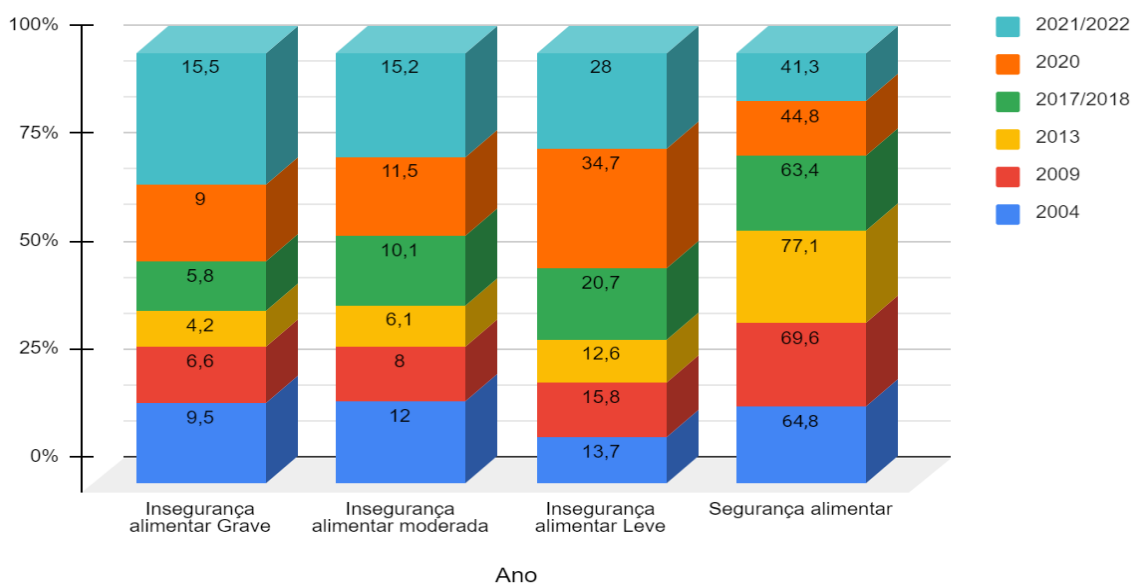
Logo, diante da pandemia da Covid-19 e junto ao crescimento da pobreza no Brasil, o país apresenta também o crescimento da insegurança alimentar (FREITAS; PENA, 2020). Ainda considerando os impactos da pandemia, conforme o “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil”, a questão da fome vinha piorando de forma acelerada no período entre 2018 a 2020. Nesse período, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave foi de 10,3 milhões para 19,1 milhões, de tal forma que aproximadamente 9 milhões de brasileiros passaram a ter a experiência da fome em seu dia a dia (REDE PENSSAN, 2021). Conforme os dados disponibilizados pelo relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, publicado em 2021, 23,5% da população brasileira entre 2018 e 2020 deixou de comer por falta de dinheiro ou precisou reduzir a quantidade e a qualidade dos alimentos ingeridos (FAO, 2022). A Figura 1 apresenta os domicílios brasileiros segundo a situação de segurança alimentar.

Em 2004, 9,5% dos domicílios brasileiros apresentavam insegurança alimentar grave, sendo que em 2009 houve queda de 3,3% em relação a 2004 e, em 2013, a queda foi de 2,4% em relação a 2009, respectivamente. Em 2017 e 2018 houve aumento de 1,6% em comparação a 2013. No ano de 2020, ano no qual foi anunciada a pandemia da Covid-19, o valor aumentou 3,2% em relação a 2017 e 2018. Já em 2021 foi registrado o maior índice de insegurança alimentar nos domicílios brasileiros, sendo registrado o índice de 15,5%, aumentando 6,5% em relação a 2020 (IBGE, 2022).

Com relação aos domicílios que apresentavam insegurança alimentar moderada, em 2004 o índice foi de 12,0%, em 2009 houve queda de 4,0% em relação a 2004. Em 2013 a queda

foi de 1,9% em comparação a 2009 e, em 2017 e 2018, houve um aumento de 4,0% em relação a 2013. Já em 2020 o aumento foi de 1,4%. Em 2021 e 2022 foi registrado novamente o maior índice, havendo aumento de 63,7% em relação a 2020, sendo registrado o valor de 15,2% (IBGE, 2022).

Figura 1 - Domicílios brasileiros segundo a situação de segurança alimentar (%) (2004-2022)



Fonte: Elaboração com base nos dados da PNAD, POF e VIGISAN (2022).

No que diz respeito aos domicílios com insegurança alimentar leve, em 2004 foi registrado o índice de 13,7% e, em 2009, houve aumento de 2,1% em comparação ao ano de 2004. Em 2013 houve uma queda de 3,2% em relação a 2009 e, em 2017 e 2018, o aumento foi de 8,1% comparado a 2013. Já em 2020 foi registrado o maior índice, chegando a 34,7%, aumentando 14,0% em comparação a 2017 e 2018. Em 2021 e 2022 houve uma queda de 6,7% comparado ao índice registrado em 2020 (IBGE, 2022).

Quanto aos domicílios que estavam em situação de segurança alimentar, em 2004, o índice correspondia a 64,8%. Em 2009 houve aumento de 4,8% em relação ao ano de 2004. Em 2013 o aumento foi de 7,5% em relação a 2009. Já em 2017 e 2018 houve uma queda de 13,7% em relação ao ano de 2013. Em 2020 a queda foi de 18,6% comparado a 2017 e 2018. Em 2021

e 2022 foram os anos nos quais houve maior queda nos índices, sendo registrados apenas 41,3% de domicílios em situação de segurança alimentar, reduzindo 3,5% em relação a 2020.

Conforme apresentam os dados dispostos na Figura 1, percebe-se que ambas as variáveis analisadas – insegurança alimentar grave, insegurança alimentar moderada e segurança alimentar – apresentaram piora em seus índices em 2020 e 2021, logo após ter sido decretada a pandemia da Covid-19. A exceção fica a cargo da variável insegurança alimentar leve, que apresentou maior índice em 2020.

Outrossim, o relatório da Rede Penssan (2022) indicou que em 2021/2022 cerca de 33,1 milhões de brasileiros conviviam com a fome e 125,2 milhões de pessoas com algum grau de insegurança alimentar. A incidência da fome é maior nos domicílios rurais, nas Regiões Norte e Nordeste, e nos domicílios em que a pessoa de referência se declara preta ou parda e é mulher. Essencialmente, a fome atingiu 21,8% dos domicílios de agricultores familiares e pequenos produtores rurais (REDE PENSSAN, 2022).

Tendo em vista o exposto, infere-se que a insegurança alimentar, em seus mais variados níveis, relaciona-se diretamente com as condições de vida que os indivíduos possuem e, consequentemente, com a pobreza. Mediante a análise das condições de privação de renda da população brasileira, apresentada por Neri (2022) no “Mapa da Nova Pobreza”, pode-se correlacionar tais fenômenos. Segundo o estudo, a crise sanitária trouxe implicações que tornaram a renda per capita de 62,9 milhões de brasileiros, 29,6% da população, de no máximo R\$ 497,00 (NERI, 2022). Em 2021, a taxa de desemprego no país foi de 12,6% e a inflação de 10,06% (IPCA) (DIEESE, 2022). Somando-se a isso houve a perda do poder de compra do salário mínimo, fatores que justificam a deterioração das condições de vida dos brasileiros no período pandêmico.

Cabe apresentar, ainda, alguns dados relativos à renda dos brasileiros, comunicados pelo último relatório de Síntese dos Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). A Tabela 1 dispõe a classificação dos arranjos domiciliares brasileiros com renda familiar *per capita* subdividido em quatro subgrupos, com recorte temporal, entre os anos de 2012, 2019, 2020 e 2021.

Tabela 1 - Classificação dos arranjos domiciliares brasileiros com renda familiar *per capita* subdivido em quatros subgrupos, com recorte temporal entre os anos de 2012, 2019, 2020 e 2021

Fontes de rendimento e classes de rendimentos <i>per capita</i>	Distribuição percentual do rendimento domiciliar total (%)			
	2012	2019	2020	2021
Total				
Trabalho	75,6	74,4	72,8	75,3
Aposentadoria e pensão	16,5	18,7	17,6	18,2
Benefícios de programas sociais	1,6	1,7	5,9	2,6
Outras fontes	6,3	5,3	3,6	3,9
Até ¼ de s.m.				
Trabalho	62,1	58,1	43,6	53,8
Aposentadoria e pensão	7,7	6,0	4,4	6,4
Benefícios de programas sociais	24,4	29,2	47,1	34,7
Outras fontes	5,9	6,8	4,9	5,1
Mais de ¼ s.m. até ½ s.m.				
Trabalho	72,7	74,1	59,9	71,1
Aposentadoria e pensão	14,7	12,9	10,3	13,8
Benefícios de programas sociais	8,3	9,0	26,5	12,0
Outras fontes	4,3	4,0	3,3	3,0
Mais de 3 s.m.				
Trabalho	75,4	74,8	78,5	78,5
Aposentadoria e pensão	15,5	17,9	16,3	15,5
Benefícios de programas sociais	0,1	0,0	0,2	0,0
Outras fontes	9,0	7,3	5,0	5,9

Fonte: IBGE (2022).

Conforme Tabela 1, os grupos de renda *per capita* de até ¼ de salário mínimo (s.m.) ou de mais de ¼ de s.m. até ½ de s.m. estão relacionados às famílias às quais se enquadram em uma situação economicamente vulnerável. A análise da trajetória temporal descreve no agrupamento de domicílios de até ¼ de salário mínimo que a adesão de famílias aos benefícios sociais era de 24,4% em 2012, a qual aumentou para 29,2% em 2019 e, posteriormente, para 47,1% em 2020. Porém, em relação ao ano de 2021, ocorreu significativa redução atingindo o

valor de 34,7%. Ademais, o fator trabalho para essa população teve percentual de redução de 29,79% entre 2012 a 2020. Outrossim, entre 2020 e 2021, aconteceu uma melhora de 23,39% de participação desse grupo de pessoas no mercado de trabalho.

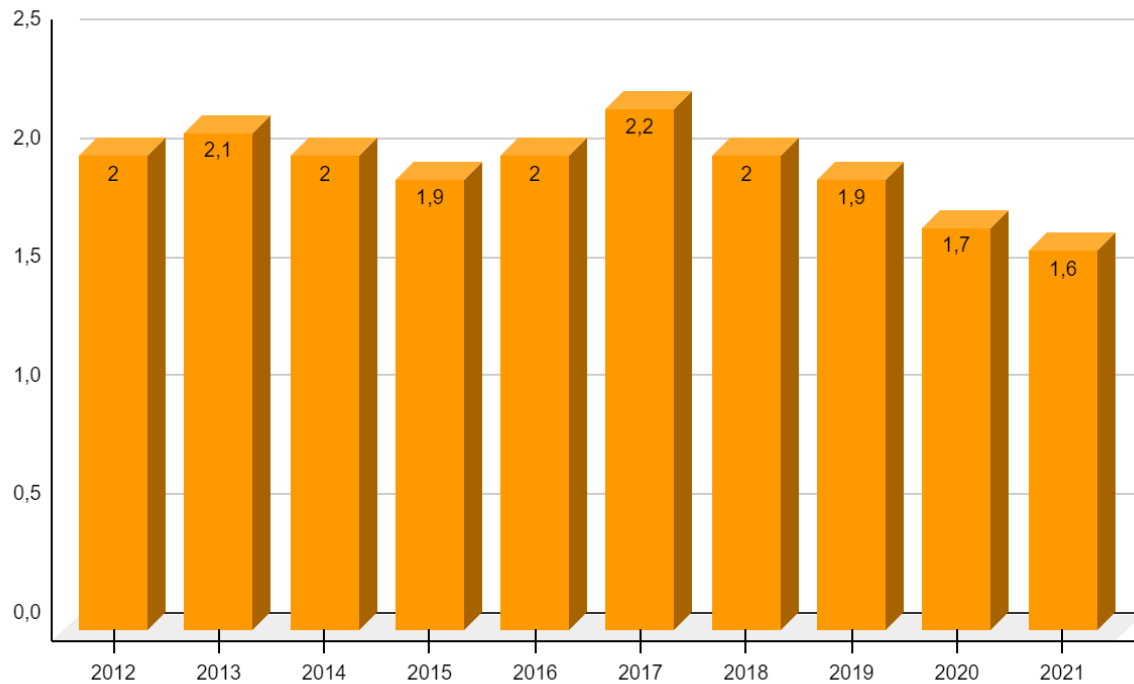
Já em relação ao grupo de domicílios de famílias de mais de $\frac{1}{4}$ de s.m. até $\frac{1}{2}$ de s.m., em relação à participação nos benefícios de programas sociais, houve ampliação no período analisado de 2012 (8,3%), de 2019 (9,0%) até 2020, chegando em 26,5% neste último período. Do mesmo modo, que no outro grupo acima, em 2021, houve a redução acentuada dessa porcentagem para 12%. Cabe salientar que essa discrepância se deu por conta do contexto de auge de uma crise epidemiológica – Por conseguinte, o trabalho, o qual em 2012 representava 72,7%, passou para 74,1% em 2019, verificando-se, assim, um crescimento de 1,92%, seguida de uma redução de 19,16% em 2020 e uma alta de 18,69% em 2021 de pessoas inseridas neste grupo na participação no mercado de trabalho.

As medidas de isolamento social e *lockdown*, recomendadas para controlar a disseminação do novo coronavírus, aumentaram as taxas de desemprego e a informalidade no Brasil. Ainda, com a suspensão de atividades comerciais, como o fechamento de feiras locais responsáveis pelo fornecimento de alimentos frescos às regiões urbanas, houve a contribuição para o aumento dos preços dos gêneros alimentícios *in natura* (MACHARO; GARCIA, 2022).

Para Loopstra (2018), a insegurança alimentar é um problema grave de saúde pública e relaciona-se diretamente com a renda e o poder de compra dos indivíduos. Em exemplo, a vale analisar os dados disponibilizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), responsável por avaliar os preços das cestas básicas no território nacional frente ao poder de compra do salário mínimo (Figura 2).

Ressalta-se que a cesta básica de alimentos é composta por 13 produtos, como arroz e feijão, e deveria satisfazer as necessidades nutricionais mensais de um trabalhador. Logo, a comparação da cesta com o valor do salário mínimo é um indicador do poder de compra dos salários. Quanto mais cara for a cesta, maiores são os riscos de que famílias pobres enfrentem situações de insegurança alimentar e também nutricional.

Figura 2 - Número de cestas básicas que o salário mínimo brasileiro é capaz de comprar (2012-2021)



Fonte: Adaptado de DIEESE (2022).

É interessante perceber que no ano 2012 o salário mínimo brasileiro era capaz de adquirir duas cestas básicas com o salário mínimo. O poder de compra do salário mínimo manteve-se relativamente estável até 2017, quando inicia um período de queda. Em especial, durante o mandato de Jair Bolsonaro, os valores registrados foram de 1,9, 1,7 e 1,6 cestas básicas possíveis de serem compradas com o salário mínimo, entre 2019, 2020 e 2021, respectivamente.

Ao passo que múltiplos fatores são condicionantes da insegurança alimentar, como a inflação, a renda, o acesso ao trabalho, contribuem também para o quadro de incertezas socioeconômicas, o retrocesso na agenda política nacional, atribui-se parcialmente a isso a descontinuidade de projetos e de ações de intervenção pública. Sob o mesmo ponto de vista, Silva (2014) concluiu, no seu estudo sobre a trajetória da segurança alimentar e nutricional, que políticas públicas implementadas ao longo do século XX passaram por uma série de descontinuidades, mecanismos clientelistas, baixo grau de centralidade na política geral e

poucos resultados sociais concretos. Outrossim, a Organização das Nações Unidas (ONU) considerou, com o estabelecimento da Década da Nutrição (2016 a 2025), que as causas que levam à irregular nutrição são complexas e heterogêneas, tendo em vista, por exemplo, a pobreza e a decorrente dificuldade de acesso a uma alimentação condizente com ideal propagado pelas instituições de saúde mundiais (BOCCHI *et al.* 2019). Neste cenário, os autores ainda salientaram que no Brasil a agenda de insegurança alimentar e nutricional está concatenada numa visão integrada no sistema alimentar e, por isso, converge com a concepção de nutrição e sistemas alimentares abordadas nos documentos que instituem a Década da Nutrição.

Recorda-se que o governo brasileiro manifestou importantes ações para a promoção da segurança alimentar e nutricional, especialmente quando inseriu o papel dos programas de compras públicas da agricultura familiar, com objetivo de incentivar a produção, a comercialização e o acesso a uma alimentação saudável em nível local e propiciar um sistema alimentar mais saudável. Em contrapartida, como foi apresentado por Bernandes *et al.* (2021), desde 2016 já era evidente o enfraquecimento, o desmonte das políticas públicas de garantia de direitos e o fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis. Isto, consequentemente, contribuiu para o aumento da pobreza e a piora das condições de vida de consideráveis parcelas da população brasileira. Em conformidade, aos dados analisados pelos autores na última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018), os quais apresentaram a prevalência de insegurança alimentar no país, expõem que esse índice aumentou para 36,1%, o que anteriormente era de 22,9% no período de 2013, o que, por sua vez, representa que mais de 3,1 milhões de famílias nessa conjuntura. Esses dados demonstraram a gravidade da questão, por expressarem os retrocessos nas condições socioeconômicas e nos níveis da insegurança alimentar grave – a fome.

Concomitantemente em relação ao enfrentamento da pandemia desencadeada pela Covid-19, no intuito de conter a insegurança alimentar no âmbito de medidas públicas de caráter emergencial destacaram-se a reforma agrária, as políticas de renda básica e de saúde, a revogação da Emenda Constitucional 95 – política do teto dos gastos públicos (SCHAPPO, 2021).

Em paralelo ao cenário pós-pandêmico, há um entrelaçamento de reflexões e de perspectivas acerca do contexto de insegurança alimentar, já que o parlamento enfatizou que

precisava-se haver um alinhamento de políticas públicas eficientes e integradas, com reforço orçamentário, e vontade política de trabalhar com o setor privado, a sociedade civil e os governos estaduais e municipais (BRASIL, 2022).

4. Considerações finais

O artigo teve por objetivo central explicitar os efeitos das crises sanitária da Covid 19 e econômica na insegurança alimentar e nutricional brasileira. Para tal, promoveu-se uma análise contextual com base na revisão da literatura especializada e de dados secundários de indicadores econômicos e sociais. Evidenciou-se que no período da pandemia houve um aprofundamento da crise socioeconômica resultante da emergência de saúde pública provocada pela Covid 19 que se mostrou mais nítida no ano de 2021, isto é, no auge do período pandêmico. Observou-se no interregno temporal analisado, a deterioração das condições de vida da população que aumentou nos anos da pandemia, corroborada pelo comportamento de diferentes variáveis, tais como: pela queda na renda média dos brasileiros, aumento da aumento dos preços dos alimentos e do custo de vida, entre outros fatores.

Especificamente, pode-se observar que já no primeiro ano em que fora anunciada a pandemia da Covid-19 (2020), a IA brasileira registrou um aumento de 3,2% em relação aos dois anos anteriores (2017 e 2018). Em 2021 verificou-se o maior percentual de IS nos domicílios brasileiros, que perfez 15,5%, aumentando 6,5% em relação a 2020. Esses resultados evidenciam que IA foi afetada gravemente pela pandemia da Covid-19, uma vez que os dados revelam uma relação direta entre essas variáveis, cuja coincidência não é fortuita ou casual.

Constata-se que o choque adverso da Covid-19 implicou em um grave problema de saúde pública diretamente pelas mortes provocadas pela doença, mas também indiretamente devido à retração econômica exacerbar a crise social, a exemplo da queda vertiginosa da renda e o poder de compra dos indivíduos. Ademais, apesar da população brasileira em vulnerabilidade ter registrado crescimento na adesão benefícios sociais de 2012 a 2020, os dados revelaram uma queda significativa no de 2021, quando comparado ao ano de 2020. Portanto, a combinação do comportamento adverso do acesso às políticas públicas pela população em vulnerabilidade e a queda no poder de compra do salário mínimo são os principais fatores explicativos do aumento vertiginoso da IS observada no ano de 2021.

Tendo em vista o cenário descrito, são necessárias ações interinstitucionais no intuito de intervir nessa causa humanitária, com o desenvolvimento de políticas públicas estruturais para a geração de emprego e renda; políticas específicas de combate à fome e de promoção do acesso aos alimentos; e políticas emergenciais para os grupos mais vulneráveis. Precipuamente, faz-se mister a ampliação da rede de proteção social, de forma que o direito à alimentação e a uma renda digna seja efetivamente garantido às populações mais vulneráveis para a garantia, quanto a prerrogativa de sobrevivência e ao atendimento das necessidades básicas, conforme na nossa carta magna.

Referências

ALMEIDA FILHO, N. RAMOS, P. Segurança alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

BEZERRA, M. S.; JOLOB, M. C. M.; FERREIRA, M. A. F.; VALE, D.; LYRA, C. O. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 10, p. 3833-3846, 2020.

BOCCHI, Carmem Priscila et al. A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 43, 2019.

BERNARDES, Milena Serenini et al. (In) segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas:(In) segurança alimentar no pré e pós pandemia. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, v. 4, 2021.

BRASIL. DA UNIÃO, Defensoria Pública-Geral, 2022. **GRUPO DE TRABALHO SEGURANÇA ALIMENTAR A NUTRICIONAL**. Disponível em: https://direitoshumanos.dpu.def.br/wp-content/uploads/2023/02/cartilha_seguranca_alimentar-versao-final.pdf. Acesso em 22 de fev. 2023.

BRASIL. **Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Senado Federal, 2022. Acesso em: 08 de abr. de 2023.

BUENO, Marilene Cassel et al. **Insegurança alimentar e fatores sociais, econômicos e nutricionais em estudantes de escolas rurais**. Cadernos Saúde Coletiva, v. 29, p. 153-162, 2021.

DE ALIMENTOS, Programa Mundial et al. **Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional-América Latina y el Caribe 2022: hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables.** OPS, 2023.

DIEESE. B. **Indicadores socioeconômicos selecionados.** Séries históricas de 1995 a 2021. São Paulo: DIEESE, 2022. Disponível em:
<<https://www.dieese.org.br/sinteseindicadores/2022/indicadoresSocioeconomicosSeriesHistoricas.html>>. Acesso em: 24 de ago. de 2022.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. 2022. **Versión resumida de El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2022.** Adaptación de las políticas alimentarias y agrícolas para hacer las dietas saludables más asequibles. Roma, FAO.

FREITAS, Maria do Carmo Soares; PENA, Paulo Gilvane Lopes. Fome e pandemia de COVID-19 no Brasil. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 34-40, 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS et al. **The State of Food Security and Nutrition in the World: 2022: Repurposing Food and Agricultural Policies to Make Healthy Diets More Affordable.** FAO, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira : 2022 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais.** - Rio de Janeiro : IBGE, 2022. 154 p. : il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 49).

LOOPSTRA, Rachel. Interventions to address household food insecurity in high-income countries. **Proceedings of the Nutrition Society**, v. 77, n. 3, p. 270-281, 2018.

MACHADO, L. S.; GARCIA, E. L. Covid-19 e a fome: reflexões sobre um futuro agroecológico Covid-19. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, N. Especial 2, p. 426-437, 2022.

MALUF, R. S. Segurança alimentar e desenvolvimento econômico na América Latina: o caso do Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 15, n. 1(57), p. 134-140, jan./mar.1995.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio L. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, v. 4, n. 1, p. 66-88, 1996.

MALUF, R. S. e SPERANZA, J. S. **Volatilidade dos preços internacionais e inflação de alimentos no Brasil: fatores determinantes e repercussões na segurança alimentar e nutricional.** Brasília (DF), MDS, 2013. (Cad. SISA 01/2013).

MATTOS, Ely José de; BIANCHI, Lorenzo; TOIGO, Camila Horst. **Avaliando a insegurança alimentar no Brasil: a questão dos efeitos não simétricos.** Nova Economia, v. 30, p. 969-998, 2021.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 2014. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico N.01/2014. (Brasília). Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>. Acesso em: 31 de mar.2023

MORAES, Dayane de C., SPERANDIO, Naiara, PRIORE Silvia E. (Orgs), **Atualizações debates sobre a Segurança Alimentar e Nutricional**. Viçosa, MV: UFV, 2020.

NERI, Marcelo Cortes. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022.

NUWEMATSIKO, R. et al. Unintended socio-economic and health consequences of COVID-19 among slum dwellers in Kampala, Uganda. **BMC public health**, v. 22, n. 1, p. 1-13, 2022.

OBSERVA BR. **EUA: A recessão pandêmica empurrou mais 9,8 milhões para a insegurança alimentar**, 2021. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/observabr/2021/06/09/eua-a-recessao-pandemica-empurrou-mais-98-milhoes-para-a-inseguranca-alimentar/>. Acesso em: 24 de ago.2022.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 09 de fev.2023.

PANIGASSI, G. et. al. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 24, n 10, p.2376-2384, 2008.

QUINZANI, Marcia Angela Dahmer. O avanço da pobreza e da desigualdade social como efeitos da crise da covid-19 e o estado de bem-estar social. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 6, p. 43-47, 2020.

REDE PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e SAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2022.

RIBEIRO-SILVA, R. C.; PEREIRA, M.; CAMPELLO, T.; ARAGÃO, E.; GUIMARÃES, J. M. M.; BARRETO, M. L.; SANTOS, S. M. C. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

SANTOS, Taíse Gama dos et al. **Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, p. e00066917, 2018.

SCHAPPO, Sirlândia. **Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19**. SER social, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021.



SEN, A. **Poverty and famines**: an essay on entitlement and deprivation. Oxford: Oxford University Press, 1981.

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional**: projetos, descontinuidades e consolidação. 2014.

UNICEF. **Relatório da ONU**: ano pandêmico marcado por aumento da fome no mundo. A África registrou o aumento mais significativo. É um momento crítico para o mundo, que precisa de ações urgentes para uma reversão até 2030. UNICEF, 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-ano-pandemico-marcado-por-aumento-da-fome-no-mundo>>. Acesso em: 24 de ago. 2022.